

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

## O ENCCEJA EM CONTRAPONTO: ENTRE DEMOCRATIZAÇÃO E DESESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Marcos Vinicius Reis Fernandes<sup>1</sup>

Marcia Soares de Alvarenga<sup>2</sup>

Tendo como objeto o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) instituído em 2002, pela Portaria nº 2.270/2002 do Ministério da Educação e revisto pela Portaria MEC nº 3.415/2004, como uma política do governo federal, o presente trabalho, que integra o conjunto de reflexões de dissertação de mestrado em andamento que tem como tema a juvenilização da EJA, tem por objetivo interrogar aspectos desta política educacional que expressam o caráter contraditório entre democratização e desescolarização repercutindo na oferta da modalidade para jovens e adultos nos estados e municípios federação.

No balanço dos aparatos legais que assinalam a educação como um direito subjetivo, a LDB nº 9.394/1996 estabelece significativo avanço para consolidação da educação básica, reforçando o escrito na Constituição Federal de 1988, como sendo direito de todos e dever do Estado. No que se refere a EJA teve-se a sua incorporação como modalidade da educação básica, rompendo com seu caráter de suplência.

Outro marco nas políticas voltadas para a EJA foi o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos. Ressaltou a importância e necessidade de a modalidade possuir um modelo pedagógico próprio, visto suas especificidades e diversidades, e suas funções balizadoras: reparadora, equalizadora e qualificadora (BRASIL, 2000).

Visando superar a concepção que temos da realidade, que não é somente de constatar o que ela nos mostra, mas, também, o que ela esconde (KOSIK, 1976), trataremos de analisar aspectos que estão subsumidos no ENCCEJA, considerando a recente crise do capital

<sup>1</sup> Mestrando em Educação do PPGEdu da FFP/UERJ. E-mail: [viniciuserj@gmail.com](mailto:viniciuserj@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora Associada da FFP/UERJ e orientadora do PPGEdu. E-mail: [msalvarenga@uol.com.br](mailto:msalvarenga@uol.com.br).

Programas organizadores



UNIDESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

mundializado e na sua forma contemporânea de regulação das relações sociais. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2001).

O uso da palavra “Educação Jovens e Adultos”, a partir desta LDB e com o Parecer 2000, que institui a sua oferta como modalidade, é registrada de forma original pela legislação. Contudo, não tem se mostrado suficiente para modificar sua oferta fragmentária e o sentido de suprimir o tempo perdido na escolarização de jovens e adultos.

Passados quase 20 anos de sua institucionalização, o ENCCEJA que é norteado como “instrumento de avaliação para aferição de competências e habilidades de jovens e adultos” (BRASIL, 2005) tem ganhado maior atenção e intensos debates no círculo acadêmico quando confrontado com a retração acentuada das matrículas na EJA.

Mesmo reconhecendo haver uma diferenciação entre ensino supletivo e exame supletivo, tal denominação, ao ser mantida nos marcos das legislações educacionais, o ENCCEJA pode favorecer a emergência de sentidos que caracterizem concepções que valorizem mais o certificado do que o conhecimento. Conforme criticara Rummert (2007, p. 45) “Sua finalidade é, assim, possibilitar a obtenção de certificados de conclusão de cursos e não propiciar as condições de acesso ao conhecimento”. Esta crítica aviva preocupações relacionadas à contradição entre democratização e desescolarização o que pode contribuir, entre tantos desdobramentos na valorização dos certificados em detrimento da valorização do conhecimento sistematizado e acumulado pela humanidade; a ênfase nas competências requeridas para trabalho simples em detrimento de aprendizagens que possibilitem mediações críticas sobre a realidade e consciência de ser social; desinvestimento na oferta da EJA com consequências nas políticas que envolvem a sua oferta (formação de professores, livro didático, infraestrutura das escolas, etc.), e consequente fechamento de escolas e turmas de EJA.

Destarte, seria o ENCCEJA um instrumento de democratização da educação, contribuindo para o aprimoramento da Educação de Jovens e Adultos, como parâmetro para o delineamento de políticas públicas de EJA, ou estaria em conflito com a modalidade presencial, provocando a supressão de sua oferta?

Ao garantir-lhe como pertencente à Educação Básica é instituído uma política de Estado, quebrando uma sequência de políticas de governos limitadas à alfabetização e formação

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

profissional para o trabalho (BEIRAL, FERRARI e JULIÃO, 2017). Entretanto, contraditoriamente, no mesmo ano, veta-se sua participação no financiamento de verbas junto ao FUNDEF. Alvarenga (2016, p. 123) nos ajuda a compreender os movimentos contraditórios que demarcam a EJA na seara das políticas públicas:

No Brasil, as iniciativas que envolvem a Educação de Jovens e Adultos merecem ser analisadas pela inter-relação entre os processos econômico, político e social, no ordenamento das políticas públicas quando se tem como objetivo de análise as ações governamentais para este setor, considerados os contextos históricos-políticos nos quais estão sendo formulados.

Tais políticas no contexto de avanço do neoliberalismo se davam em um projeto que tinha como propósito a desestatização do Estado e sua redução nas políticas sociais. Um governo projetado para o neoliberalismo.

Neste contexto, a estratégia de ampliar as avaliações em larga escala e a criação do Enceja como exame de certificação para jovens e adultos, em 2002, eram vistas com desconfiança por seus críticos, uma vez que representariam, na visão destes, uma estratégia neoliberal que investia na avaliação e colocava em segundo plano o investimento direto nos serviços educacionais, os quais poderiam ser direcionados à iniciativa privada (CATELLI JR; GISI; SERRÃO, 2013, p. 725).

Nos governos Lula-Dilma (2003-2016) tivemos avanços nas políticas educacionais voltadas para a EJA, sobretudo sua inclusão no marco do financiamento público com o FUNDEB. Mesmo assim, ressaltamos que a modalidade continuou na periferia das políticas educacionais, possuindo um financiamento abaixo da educação regular e demais modalidades.

Nessas quase duas décadas de existência do exame, vivenciamos sua intermitência, com alguns anos sem edição no país, e sua agregação no período de 2009 a 2016 ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no tocante à certificação do Ensino Médio.

Com o advento do golpe parlamentar em 2016, que ocasionou na destituição da presidenta Dilma, tivemos desdobramentos práticos de ataques através das reformas da previdência e trabalhista. Destacamos também a reforma do ensino médio e a Emenda Constitucional nº 95. Esta ocasionou no congelamento de gastos sociais públicos por 20 anos.

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Nesta conjuntura, em 2017, o ENCCEJA volta a cumprir seu papel certificador no ensino médio. Temos uma amplitude de divulgação maior dessa possibilidade certificadora, que antes ficava em segundo plano nas publicidades do ENEM. O que nós temos de diferencial com essa ampliação de valorização do ENCCEJA é a adesão não somente dos jovens que estão fora da escola, mas também dos que estão cursando o ensino médio regular e estão defasados e os que estão matriculados na EJA. Na prática, o ENCCEJA não deixa de ser um mecanismo de exclusão da experiência escolar.

Segundo dados dos Censos Escolares do INEP, podemos verificar que há um crescimento considerável nas inscrições do ENCCEJA, sobretudo na última edição, e uma diminuição do número de matrículas em turmas de EJA. Essa dinâmica nos leva a pensar a busca em instituir-se um processo de desescolarização, onde estados e municípios vêm tomando o referido exame como política educacional principal para os jovens e adultos trabalhadores. Elaboramos o gráfico abaixo para uma melhor visualização deste movimento.

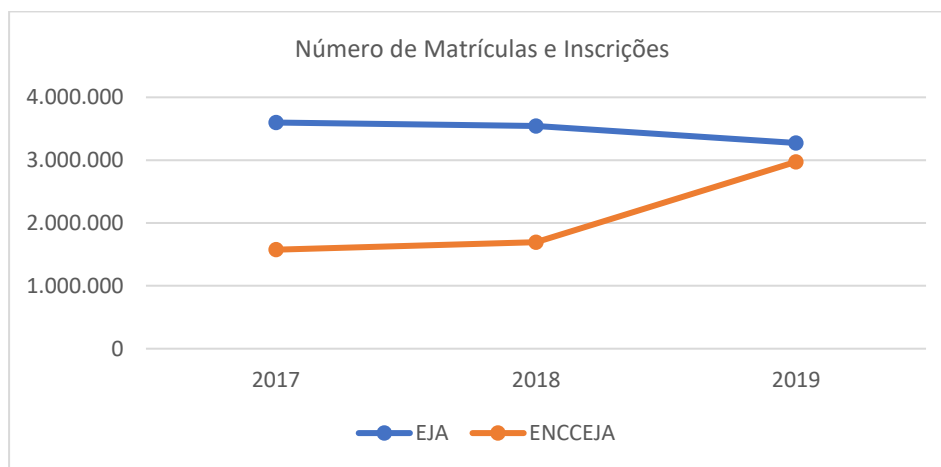


Gráfico 1 – Série histórica de matrículas na EJA e inscrições no ENCCEJA. Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados do Censo Escolar/INEP.

Segundo Freire (2011, p. 13), “numa sociedade de classes toda educação é classista. E, na ordem classista, educar, no único sentido aceitável, significa conscientizar e lutar conta esta ordem, subvertê-la”. Neste sentido, a formação escolar surge como artefato através da

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

dialogicidade entre educadores e educandos, na medida que tomam consciência de suas inconclusões, de seus “inacabamentos”, na busca em “ser mais”.

Na perspectiva em que é “caracterizada em uma educação de classe, na qual trabalhadores educam trabalhadores, a EJA se configura hoje em um campo de disputa e de manutenção de hegemonia (PACHECO, 2014, p. 139), onde o Estado burguês busca eliminar toda possibilidade, por mais precária que seja, de uma educação que busque fomentar “ao conjunto das massas trabalhadoras a pensar, a estudar, a dirigir e a controlar quem dirige” (GRAMSCI, 2000, p. 40).

Promove a redução da atividade desses indivíduos pautada na *práxis*, uma elaboração referenciada na ação-reflexão, no processo de humanização histórico e social (SAVIANI, 2005).

Podemos provisoriamente concluir que o ENCCEJA promove a atomização dos sujeitos, tutelando a eles o papel antes exercido pelo educador “bancário”, sem nem mesmo sistematizar tais conhecimentos. Onde se estuda apenas para fazer uma prova. Ficando toda responsabilidade da dívida social do Estado nas mãos desses trabalhadores jovens e adultos.

**Palavras-chave:** ENCCEJA. EJA. Desescolarização. Democratização.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M. S. A Educação de Jovens e Adultos no PNE 2014-2024: entre os ajustes econômicos e os direitos sociais na atual conjuntura de crises no Brasil. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 33, p. 121-138, 2016. Disponível em: <https://bityli.com/TUNPz>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BEIRAL, H. J. V. FERRARI, G. M. e JULIÃO, E. F. As políticas de educação de Jovens e Adultos na atualidade como desdobramento da Constituição e da LDB. **POIÉSIS**, v.11, n. 19, p. 40-57, Jan/Jun 2017. Disponível em: <https://bityli.com/6Vi9Z>. Acesso em 16 maio 2019.

BRASIL. MEC/INEP. **Portaria 44, de 10 de março de 2005**. Disponível: <https://bit.ly/2Sa3GAR>. Acesso em 27 de set. 2020.

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação

# III SENPE

SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 11/2000. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <https://bitly.com/uAn43>. Acesso em 19 maio 2019.

CATELLI JR, R; GISI, B; SERRAO, L, F, S. Enceja: cenário de disputas na EJA. *Rev. bras. Estud. pedagog.* (online), Brasília, v. 94, n. 238, p. 721-744, set./dez. 2013. Disponível em: <https://bitly.com/PbbTl>. Acesso em: 23 set. 2020.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. ed. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (orgs.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília: 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2S4kIQV>. Acesso em: 26 ago. 2020.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PACEHCO, H. dos S. O pensamento de E. P. Thompson e a “experiência” como mediação necessária na educação de jovens e adultos trabalhadores em Itaboraí/RJ. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, Ano 12, n. 19, p. 134-156, 2014.

RUMMERT, S. A educação de jovens e adultos trabalhadores no século XXI. **Rev. Ciências da Educação**, n. 2, p. 35-70, jan/abr. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2HG9Art>. Acesso em 28 set. 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.

Programas organizadores



UNIOESTE  
CAMPUS DE  
CASCAVEL

PPGE  
Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Mestrado  
em Educação  
UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ

UNOCHAPECÓ



PPGEd  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação